

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/6731>

<https://doi.org/10.34628/vwpd-vx39>

Metadados

Data de Publicação	2022
Palavras Chave	Política internacional, Ciência política
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T04:17:47Z com
informação proveniente do Repositório

Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulsiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/vwpd-vx39>

Com o presente número se concluem 3 anos de vida (2020-2022) da POLIS na sua mais recente reencarnação, ou seja, a segunda série da revista.

A edição agora disponibilizada contempla as rubricas habituais (Artigos, Teses e Dissertações, Observatório Eleitoral Internacional) a que acresce um “dossier” temático com o título de “**Estado-Nação e Identidades Nacionais**” da iniciativa e coordenação do Professor Doutor **Ernesto Castro Leal** (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

O “dossier”, com contributos multidisciplinares (História, Direito, Ciência Política, Filosofia Política e Estudos da Cultura), acolhe docentes e investigadores do universo académico luso-brasileiro.

Por ordem da sua arrumação nas páginas da revista, o primeiro contributo é de **Norberto Ferreira da Cunha** que analisa o problema da identidade nacional segundo o ponto de vista de Eduardo Lourenço, o qual se deve procurar, segundo o Autor, “na desconstrução hermenêutica e polissémica” do discurso sobre as imagens “cuja genealogia histórica e mitémica convoca”.

Por seu lado **Laurindo Meckie Pereira** revisita o problema da intervenção dos intelectuais no debate político, elegendo para exame dois influentes pensadores da língua portuguesa: o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e o ensaísta português António Sérgio.

Pedro Caldeira Rodrigues analisa a natureza do regime fundado por Mustafa Kemal, conhecido mais tarde por Atatürk, que esteve na emergência da República da Turquia, em 1923. Identifica o processo de “desculturação” “em oposição ao sultanato e ao califado e a afirmação do homem novo” identificada com “a elite modernista” da época.

Ricardo Leite Pinto estuda o legado da Constituição de Weimar (1919) que assistiu à queda da República e à ascensão do nazismo, mas que se traduziu num laboratório constitucional excepcional que inspirou a reflexão posterior sobre o sistema de governo semipresidencial, os direitos fundamentais sociais e a defesa da Democracia, entre outros aspectos.

A questão central do artigo de **Ricardo George de Araújo Silva e Naipê Galvê Araújo Silva** é entender, à luz do pensamento de Hannah Arendt, como o direito de soberania pode obstar ao direito à cidadania, pugnando por “refundar as nossas bases de cidadania”.

A Liga Patriótica do Norte, fundada em 1890, é objecto de estudo por **Ernesto Castro Leal** que identifica a sua origem como inscrevendo-se “no forte movimento de contestação pública ao *memorandum* britânico que foi enviado ao Governo português no dia 11 de Janeiro de 1890”. O objectivo do ensaio é apresentar as ideias cívicas do grupo doutrinário principal da Comissão Organizadora da Liga Patriótica (1890), a saber, Antero de Quental, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Luís de Magalhães e Jaime de Magalhães Lima.

Ana Paula dos Santos Lima, tendo por tópico o bicentenário da Independência do Brasil, estuda as convicções filosóficas e políticas do baiano Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) “considerado o precursor das ideias ambientalista no Brasil através do desenvolvimento de uma política de conservação das florestas”.

Finalmente **Felipe Cazetta** propõe-se analisar as bases doutrinárias da Action Française dos primeiros anos do século XX à ascensão do Fascismo, concluindo que o investimento na latinidade, as propostas corporativas e o Estado Centralizado contribuíram para a aproximação do movimento ao fascismo italiano sem que houvesse a mesma atitude espontânea perante o nazismo.

A secção **Artigos** abre com um ensaio de **Paulo Ferreira da Cunha** que a propósito do bicentenário da primeira Constituição codificada em língua portuguesa procura desfazer alguns equívocos de linguagem e conexiona o futuro do constitucionalismo moderno com a adesão dos jovens à ética republicana e à República no sentido mais forte.

João Ferreira Dias estuda os novos desafios colocados pela Guerra na Ucrânia, explorando a presença de uma “Culture War” no assinalado conflito que revela uma verdadeira luta contra o “estilo de vida ocidental, ou seja o pluralismo e os direitos fundamentais das minorias”.

A investigação das Inquirições Gerais de 1258 no Conselho do Baião é o tema de **Joel Silva Ferreira Mata** o qual, com os recursos da História Política, procura identificar a dificuldade, mas também o sucesso, da afirmação do poder estatal régio no Portugal Medieval dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis.

Partindo da constatação de que a corrupção na Administração Pública portuguesa tem sido “amplamente esquecida ou desvalorizada pelo legislador, pela administração pública e pelos tribunais”, **António Francisco de Sousa** sustenta, em desenvolvido ensaio, “que é necessário e urgente uma mudança de paradigma”.

A secção **Teses e Dissertações** publica um trabalho de investigação científica da área das Relações Internacionais da autoria de **Fábio André Agostinho Cláudio** onde se discute a estratégia da República Popular da China por forma a atingir o desiderato fundamental de a elevar a potência mundial. Visa demonstrar-se “a dicotomia que existe entre a

retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a assertividade mascarada em forma de cooperação. A retórica chinesa revelou-se eficaz numa primeira fase de ascensão, no entanto, atualmente, as ações chinesas são diametralmente opostas ao seu discurso, pelo que têm criado cada vez mais perceções negativas e reações defensivas dos demais atores relativamente a esta”.

A secção **Observatório Eleitoral Internacional** aborda nesta edição 15 eleições em 13 Estados. O conteúdo desta secção, recorde-se, divulga essencialmente os resultados da investigação científica do Projecto “Observatório Eleitoral Internacional “que desde 2020 faz o seu caminho no âmbito do CEJEA/UL. No contexto do referido projecto são de destacar neste número, em razão da mais extensa cobertura e sobretudo pela perspectiva complementar que é dada pelo contributo de investigadores internacionais, as eleições em Itália e na Bósnia Herzegovina. A totalidade dos países estudados é a seguinte: Estados Unidos da América, Chile, Angola, Itália, São Tomé e Príncipe. Letónia, Israel, Suécia, Bósnia Herzegovina, Áustria, Eslovénia, Brasil e Dinamarca. Os investigadores envolvidos, no total de 32, são: **Rui Pinto, Diogo Chiquelho, Tiago Simões, Rodrigo Farinha, Ricardo Leite Pinto, Manuel Monteiro, Michelle Lins de Moares, Ana Catarina Costa, Maria Sousa Galito, José Penim Pinheiro, João Simões, Susana Vieira, Sebastião Vinte e Cinco, José Francisco Pavia, Joel Silva Ferreira Mata, Guglielmo Barnabei, Amaro Couto, José H. Rocha, Carolina Sousa, Vítor Ramón Fernandes, John Hulsey, Sofia Santos, Eduardo Pereira Correia, André Soares, Italo Assis, Marisa Silva, Vânia M. Rodrigues, Catarina Miranda, Patrícia Teixeira, Ana Filipa Tavares, Ema Coutinho e Reuven Y. Hazan.**